

ALÉM DO GOLPE E DA REPRESSÃO: A DITADURA BRASILEIRA E SUAS PECULIARIDADES COMO PROJETO REFUNDACIONAL NO CONTEXTO GLOBAL

HERNÁN RAMÍREZ*

RESUMO: Os golpes de Estado foram eventos inseridos no longo prazo e seus efeitos foram além da repressão, instalando ditaduras que tiveram como objetivo ser tanto contrarrevoluções preventivas, para surtar o processo de radicalização em curso, quanto projetos refundacionais, com o propósito de realizar transformações radicais que removessem as causas que levaram a essas conjunturas críticas. Com resultados variados, somos herança desse passado, que ainda sobrevive, mas que tem sido pouco estudado, objetivo deste trabalho, no qual procuramos fazer uma síntese que nos permita compreender as suas linhas mais gerais, no intuito de promover uma discussão que reincorpore problemas historiográficos um tanto esquecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, golpe de Estado, Ditadura, projeto refundacional.

ABSTRACT: Coups d'Etat were entered into long-term events and their effects were beyond repression, installing dictatorships that were intended to be both preventive counter-revolution, to freak out the ongoing process of radicalization, as refundationals projects, with the purpose of making radical changes that from removing the causes that led to these critical junctures. With mixed results, we passed this heritage, which still survives, but has been little studied, aim of this work in which we make a synthesis that allows us to understand its broadest outlines, in order to promote a discussion that reincorporate historiographical problems somewhat forgetful.

KEYWORDS: Brazil, coup d'Etat, Dictatorship, refundation project.

* Professor Pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

As ditaduras que se instalaram no Cone Sul a partir das décadas de sessenta e setenta levantaram profundos debates que as dissecaram analiticamente desde múltiplas perspectivas, atingindo um ponto de saturação que nos tem permitido alcançar um patamar teórico que dificilmente poderíamos atingir com outros objetos, motivo pelo qual ainda resulta oportuno destinar mais tempo a seu entendimento.

É inquestionável que essas discussões excediam o campo da ciência e se imbricava inexoravelmente com os imperativos políticos do seu tempo. Isso também se aplica àquelas necessidades que imperam nos dias atuais, sendo as dirigidas a remover os pesados lastros que nos prendem ao passado ditatorial as mais prementes, não apenas como exercício de reparação histórica, mas para poder desamarrar os laços que ainda nos atam a esse passado, impedindo um trânsito mais livre para o futuro.

De todo modo, muitas vezes as necessidades táticas desse presente histórico atentaram, e ainda podem continuar atentando, contra a capacidade analítica que possamos desenvolver sobre fenômenos nos quais estamos imersos, ao dar relevo a questões que podem ser relevantes num momento determinado, mas que podem ser menos do que outras, que ficam assim relegadas ou solapadas pela dramaticidade de algumas.

Assim, muitos aspectos passam a estar sobredimensionados, à vez que não fazemos intentos suficientes para compreender outros, tanto ou mais relevantes que aqueles. Certamente o problema da repressão e da memória tem importância maiúscula, mas, as ditaduras não se resumem a elas. É aí onde se encontra o bojo deste trabalho, tratar de compreender as ditaduras além dessas questões mais evidentes. Percebê-las como fenômenos que foram além da repressão, ao inficionar praticamente todas as esferas sociais num amplo espaço temporal, o que deixou marcas indeléveis, como a violação aos direitos humanos, que pode ser a mais dolorosa e candente, mas da qual também herdamos outros pesados fardos, que ainda nos constituem socialmente, muitas vezes sem perceber. Razão esta que justifica muitos mais esforços que corram no sentido de sua elucidação mais ampla, caminho que trataremos de trilhar neste trabalho, mas para pintar um

horizonte do que uma visão acabada de algum aspecto.

Analisando o longo ciclo de ditaduras argentinas, Marcelo Cavarozzi (1997) percebeu que existiam projetos por trás delas, assim como profundas diferenças por trás da aparente semelhança. Em primeiro lugar, concluiu que existiam dois grupos que se distanciavam consideravelmente. As ditaduras anteriores a 1966 tinham tido como objetivos apenas redirecionar o curso político mediante golpes de Estado que instalavam governos de curta duração, que devolviam o poder às mãos civis uma vez saneado de supostos vícios de origem. Diferentemente daqueles, a partir desse ano se instauram ditaduras que tinham objetivos mais amplos, já não era mais possível proceder a quebras institucionais de pouca duração, agora era necessário remover as causas que provocavam o processo de radicalização que ameaçava o *status quo*, processo que precisava atingir todas as estruturas, motivo pelo qual sua extensão temporal devia ser muito mais longa. É neste grupo de ditaduras que se incluem as que foram instaladas no Brasil após 1964, no Chile e no Uruguai, em 1973, e na Argentina novamente após 1976.

Por outro lado, essa proposição se colocava em contra de pensar as ditaduras a partir dos golpes de Estado ou dos momentos prévios, vendo elas como parte de um processo mais amplo da luta política e da decomposição democrática. O uso desse meio como instrumento político, em definitivo, demonstrava a incapacidade dos setores que os deflagravam para pleitear democraticamente o acesso ao poder e de levar adiante seu programa pela via constitucional, sem apelos a vias excepcionais.

Nesse sentido, partindo da proposição de Cavarozzi assim como da análise ampla que Samuel P. Huntington (1992) realizara sobre os golpes de Estado, Ricardo Sidicaro (2004) observa que tais quebras institucionais não foram provocadas apenas pelo segmento militar, mas por um conjunto mais amplo de forças, às quais qualifica como coalizões golpistas, que não apenas operavam nas conjunturas prévias, mas que participavam do processo político de maneira regular e cuja dinâmica de formação, reconfiguração e dissolução explica seu percurso. Isto último cobra muito sentido devido à extensão temporal

das ditaduras e ao fato de serem heterogêneas e pouco coesas, unidas, muitas vezes, por interesses conjunturais que podiam entrar em contradição durante a marcha. De fato isto acontecera em todas elas, inclusive provocando graves fraturas ao interior das coalizões, sendo emblemáticos o enfrentamento entre os generais Augusto Pinochet, do exército, e Gustavo Leigh, da aeronáutica, no Chile, e os que opôs o general Jorge Videla contra o almirante Emilio Massera e o general Ramón Genaro Díaz Bessone, na Argentina. Aqui, a rivalidade entre a “linha-dura” e a “*Sorbonne*”, também marcou mais de uma passagem ditatorial. A constatação da existência dessas coalizões golpistas também veio acompanhada pela evidência de que elas não estavam integradas apenas por segmentos militares, sendo a participação civil fundamental para o sucesso da campanha de deslegitimação que antecedeu aos quebres institucionais, o êxito dos golpes de Estado e a legitimação das ditaduras, nas que ocuparam posições importantes, especialmente no desenho e na implementação das suas políticas públicas, embora a participação daqueles tenha sido, de fato, preponderante.

Basta lembrar como exemplo que todos os vice-presidentes foram civis, bem como a maioria do Parlamento e do Senado, infinidade de ministros, governadores, prefeitos e figuras de menor relevo, sem cujo auxílio, quase seguramente, a ditadura não teria sido possível.

A constelação de atores que conformaram essas coalizões foi bastante ampla, inclusive para garantir o sucesso dos golpes de Estado, mas, em essência, além da indefectível presença militar, incluía figuras do meio político, empresarial, tecnoburocrático, religioso e dos meios de comunicação, sem esquecer o auxílio externo, não apenas usamericano. Não obstante, estes não aderiram *in bloc*o, como demonstra o fato de que vários de seus membros foram leais aos governos legalmente constituídos, mas, como frações desses grupos sociais. Inclusive, os próprios militares por vezes estiveram divididos, como nos ilustram os casos do general René Schneider, do Chile, que pagaria com a sua própria vida a lealdade institucional, e o almirante Henrique Teixeira Lott, no Brasil, para ficar nos casos mais emblemáticos.

Para os civis também podemos aplicar a observação anterior respeito dos militares, como fica de manifesto o fato de que a ambivalência também esteve presente entre os empresários e a própria hierarquia da Igreja católica, que primeiro apoiou ativamente e depois se afastou, recorrido que seria seguido por membros do universo político que inicialmente deram seu beneplácito, tendo em Carlos Lacerda um exemplo emblemático.

Por tal motivo, não apenas devemos prestar atenção nos traços grossos da composição dessas alianças, que pouco podem nos ajudar na elucidação dos enigmas que ainda ficam irresolutos, mas nas suas filigranas mais miúdas, que faziam tecidos radicalmente diferentes empregando fios aparentemente semelhantes, que nos fazem pensar muito no exemplo da corda proposto por Ludwig Wittgenstein (1988), de que sua força estaria centrada na sua trama e não na dos seus componentes particulares. Visão micro que explicaria não apenas nuances particulares, mas várias dessemelhanças entre os casos nacionais.

Esses atores não participaram na vida pública apenas para deflagrar os golpes de Estado, embora em alguns casos seja quando cobraram seu protagonismo mais significativo. Muitos deles tinham um longo percurso, os quais servem para poder entender as ditaduras, especialmente na sua faceta de projetos refundacionais.

As ditaduras não foram acidentes de percurso, elas se explicam na dinâmica da luta social e política da época, na qual foram consequência. Nesse sentido, vários autores indicam como uma das hipóteses explicativa o fato delas terem como um dos seus objetivos acabar com o processo de radicalização que tinha se exacerbado nos momentos prévios aos golpes, não apenas questionando, mas ameaçando, ou pelo menos era essa a sensação, o *status quo*. Circunstância que tinha levado a grupos que antes partilhavam dos governos constituídos a se lhe unir, já que viam com alarma o processo de radicalização em curso (Bielschowsky, 1995).

Manuel Antonio Garretón (1985) e Sidicaro (1996) compartilham da ideia que os golpes de Estado tenham sido

contrarrevoluções preventivas. E, é conhecido, que várias delas se autointitularam desse modo, como foi o caso brasileiro, cuja denominação ainda hoje levanta polêmicas. De fato, tal processo está inserido no contexto da guerra fria, que o explica parcialmente, dado que também seria reducionista englobar tudo o que acontecia desde esse prisma.

Não obstante, seria seu segundo grande objetivo aquele que maiores consequências provocou, apesar do qual esta face ainda não foi suficientemente esquadrinhada. Para atingir o objetivo anterior, sem a possibilidade de reversão, como tinha acontecido após o trânsito das ditaduras argentinas anteriores à de 1976, era necessário promover profundas transformações, também assinaladas por esses dois autores e por outros como René Dreifuss (1981) respeito do Brasil, as que igualmente serviram a outros propósitos, entre os quais readequar os países para a nova divisão internacional do trabalho que estava em curso.

Esse tinha sido um diagnóstico longamente amadurecido pelas alianças golpistas, as que, numa primeira instância, tinham tentado torcer o processo de radicalização e reformular as estruturas pela via do voto. Esta é uma precisão importante, porque, em aparente paradoxo, os golpes de Estado e as ditaduras tiveram como propósito defender a democracia, que creiam severamente ameaçada, embora para isso precisassem de um impasse não democrático para restaurá-la num futuro próximo.

As ditaduras do Cone Sul nunca pretenderam constituir, formalmente, regimes totalitários nem se perpetuar indefinidamente no poder, embora alguns dos seus membros o almejassem. Tampouco foram ditaduras personalistas, exceto parcialmente no caso chileno. E o fato de terem sido comandadas institucionalmente por juntas das Forças Armadas fala um pouco da precaução nos momentos das suas instalações, para evitar o surgimento de lideranças indesejadas, sendo o caso argentino um espelho a não imitar, que tinha permitido a emergência do general Juan Domingo Perón como figura de segunda ordem que foi crescendo nas entranhas da ditadura instalada em 1943.

Inclusive, o caso brasileiro foi além, ao permitir que o Parlamento continuara funcionando depois de sua depuração,

quem cancelava, inclusive, algo tão importante como a escolha do presidente. Também os partidos políticos, reformulados, continuaram operando e se celebravam eleições regularmente, embora com condições bastante desfavoráveis para as forças opositoras. Estes fatos têm sido desqualificados como uma mera maquiagem para conter a crítica interna e, fundamentalmente, externa, mas, se despenderam tantas energias, seguramente, tiveram propósitos mais profundos e talvez tenhamos que trabalhar com a hipótese de que essa coexistência foi importante para o regime, que ainda precisa de uma melhor caracterização.

Desde esse ponto de vista, as ditaduras eram apresentadas como um hiato, que colocava a democracia sobre sua tutela, até tanto ficasse a salvo daquelas forças que, supostamente, tentavam subvertê-la. Igualmente, demonstravam a incapacidade de conseguir esse objetivo por meio do próprio processo democrático como se dava naquele momento, como acontece habitualmente em países com longa tradição democrática. De fato, apesar dos esforços, os grupos que constituíram essas alianças tinham sido incapazes de deter o avanço das forças populistas ou, segundo a expressão de Alain Touraine (1989), nacional populares. Na Argentina, todos os intentos de sepultar o peronismo tinham sido infrutuosos; no Brasil, João Goulart tinha se esgueirado do cerco parlamentarista ao qual foi submetido; e, no Chile, até um presidente de cunho socialista foi empossado depois de vencer eleições nas que as forças pró-capitalistas tinham se dividido.

Todos esses fracassos parecem confirmar a tese de Juan Linz (1978), para quem, as forças de direita eram menos hábeis que as de esquerda para pleitear o poder com sucesso. Motivo pelo qual tinham que recorrer a ações de força para impugnar a ascensão dos seus opositores quando ganhavam esse direito pela via das urnas.

O diagnóstico sobre essa dificuldade indicava que as razões estavam no tipo de desenvolvimento escolhido pelos países, que levavam a que um tripé formado por burocratas estatais, empresários dependentes da ação estatal e trabalhadores sindicalizados se consolidasse no controle de um Estado propenso à irracionalidade burocrática, às prebendas e à baixa

produtividade, que prejudicava as atividades e setores para os quais tínhamos vocação natural, induzindo crises cíclicas cada vez mais agudas.

Por tanto, o objetivo era destruir esse tripé, que seria substituído por outro, mais acorde para produzir um ciclo mais estável e à altura das supostas capacidades naturais dos países. Assim, além do impacto político, as ditaduras também impulsionaram mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais a fim de promover essa alteração.

As ditaduras tinham programas e os levaram adiante, no caso chileno *El Ladrillo*¹ serviu a tal efeito. Construído inicialmente como a proposta programática de Jorge Alessandri à presidência por um grupo de intelectuais pertencente à Pontifícia Universidade Católica de Chile em parceria com a Universidade de Chicago, foi excluído devido as fortes reações que provocara na oportunidade, não obstante seria revivido pelo governo instaurado após o golpe de Estado de 1973.

No caso brasileiro, também um extenso grupo de questões tinha sido longamente debatido pelos grupos opositores ao governo de João Goulart em resposta às Reformas de Base que este impulsionava, servindo isto de termômetro para apalpar a conformação da aliança que articularia o golpe de Estado de 1964 e daria sustentação à ditadura. Embora contrários, interessa notar que esses setores compartilhavam do espírito da proposta, diagnosticando também que era preciso reformular os alicerces nos quais o país se assentava.

Trato aqui apenas de algumas das ações que se articularam em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que seria as que as amalgamaram, em particular devido à ilegalização do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em 1963, que tinha efetuado ações significativas nesse sentido, muitas das quais deixaria como herança para aquele, com o qual demonstrava estar profundamente relacionado, em especial pela circulação de quadros comuns.

1 Publicado em 1992 sob formato de livro com prólogo de Sergio de Castro pelo Centro de Estudios Públicos (CEP), com o título de *Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*.

Como se depreende a continuação, os temas que se pretendiam tratar eram extremadamente amplos. No curto prazo os membros do IPÊS enunciavam, em ordem de prelação, sua dedicação aos temas de remessa de lucros, reforma agrária, reforma fiscal e orçamentária, reforma monetária, que incluía a reforma bancária e a criação de um banco central, repressão ao abuso do poder econômico, reforma do Código Eleitoral, participação dos empregados nos lucros das empresas, funcionalidade do planejamento socio-econômico, em particular objetivos e métodos aplicáveis ao Brasil, problemas da habitação popular, em parceria com o IBAD e telecomunicações.

No mediano prazo, as temáticas a abordar eram: função econômica e social da empresa; expansão do mercado de capitais; discriminação de receitas para o fortalecimento do sistema federativo; dinâmica do desenvolvimento econômico, em especial o papel da iniciativa privada e estatal; revisão da Constituição Federal e do sistema parlamentarista; reforma da legislação trabalhista; reforma da legislação da previdência social; reforma educacional; reforma do Código de Minas; política comercial externa; política de transportes; política energética; política de saúde pública; estrutural e metodológica da administração pública; e Lei de Sociedades Anônimas².

Entre 1962 e 1963 o IPÊS levaria adiante essa ambiciosa tarefa, muitas vezes articulando a ação³. Além da sólida vinculação com o IBAD, como foi nos casos da Reforma Agrária e da Habitação Popular, travaria aliança com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos estudos da Reforma Administrativa e Reforma Tributária⁴, assim como com personalidades vinculadas à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com o que chancelavam a união com a cúpula da Igreja católica.

As intenções eram bastas como se depreende da

2 Plano de Estudo de Temas. Atas do IPÊS, 19/1/62 e 29/5/62; Comunicação de José Garrido Torres a Gilbert Huber Jr.

3 IPÊS. Súmula das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudos no período compreendido entre maio de 1962 e fevereiro de 1963.

4 Carta de Jorge Oscar de Mello Flores a Glycon de Paiva Teixeira, Rio de Janeiro, 15/4/63.

grandiloquência do proposto, e, embora não fossem totalmente correspondidas, uma generosa quota foi objeto concreto do IPÊS durante esta etapa, várias reimpulsionadas durante a administração autoritária, outras não foram tratadas inicialmente, mas um pouco mais adiante, como a reforma educativa, por exemplo.

Devido a que seria impossível num reduzido espaço e até pouco necessário fazer um resumo do percurso desse debate, apenas me limitarei a expor sua síntese, marcada pela realização do Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base⁵, que até agora poucas atenções despertara no meio acadêmico e que nos brindará com a possibilidade de conhecermos um pouco mais do projeto que embasaria a ditadura.

Realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, em janeiro de 1963, durante sete dias de sessões, o evento foi promovido pelos jornais *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e *Folha de S. Paulo*. Esteve presidido pelo general Edmundo Macedo Soares da Ação Democrática Parlamentar (ADP), agrupação interpartidária que nucleava os partidos de oposição a Goulart, e contou com um público estimado em 22.000 assistentes. Organizado de maneira conjunta pelo Grupo de Estudo e Doutrina (GED) do IPÊS do Rio de Janeiro e pelo Grupo de Doutrina e Estudos (GDE) do IPÊS de São Paulo, envolveu trezentos participantes como debatedores, entre os que se destacaram José Garrido Torres, Dênio Chagas Nogueira e Paulo de Assis Ribeiro, como figuras vitais na elaboração dos projetos e na discussão de mais de cinquenta tópicos, assim como na apresentação de oitenta propostas de diretrizes políticas, que o confirmam no caráter de um verdadeiro programa de governo, em grande parte implementado após 1964.

Para ilustrar essa amplitude, podemos mencionar que a exposição de teses durante as sessões do plenário incluíram as temáticas de Planejamento Regional e Nacional, Medidas Agrárias, Legislação Laboral, Plano Quinquenal contra a Inflação, Treinamento Profissional, Estatização dos Seguros no Brasil, Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas,

⁵ *Estado de S. Paulo*, 7/3/63.

Defesa Permanente dos Preços dos Produtos de Exportação, Reformas Constitucional, Partidária e Eleitoral, Marinha Mercante e Construção Naval, Reforma Sindical e Salarial, Reforma Tributária, Regulamento de Investimentos e Sociedades Financeiras, Organização do Tráfego Costeiro e Frota Mercante de Alto Mar, Programa para a Produção de Energia Atômica, Reforma Agrária, Inflação Brasileira e seu Controle, Reforma Bancária, Participação nos Lucros dentro de um Programa de Reformas Básicas, Reformas Básicas em Assuntos Tributários e Auto suficiência de Alimentos.

Abrangência também confirmada pela extensão das propostas, que foram agrupadas em três níveis e que nos remetem às intenções iniciais do IPÊS, o primeiro de ordem política, que incluía as reformas Eleitoral, Legislativa, Administrativa, da Estrutura Política, do Poder Judiciário e da Política Exterior; o segundo, de ordem social, com Reforma Agrária, Legislação Laboral, Participação dos Lucros das Empresas, Distribuição de Renda, Política de Bem-estar e Previdência Social, Educação, Habitacional, Sanitária e de Saúde Pública; e o terceiro, de ordem econômico, com as reformas Monetária e Bancária, Tributária, Orçamentária, Legislação Anti-Trust, Política de Comercio Exterior, Serviços de Utilidade Pública, Política do Uso dos Recursos Naturais e Reforma da Empresa Privada.

A complexidade que envolveu o evento fez necessário que o Grupo de Estudo e Doutrina (GED) preparasse uma linha de ação básica que seguia a dos documentos já publicados para orientar as discussões e os assistentes⁶. As recomendações de diretrizes políticas eram liberadas regularmente através de publicações periódicas, entre outras, o *Jornal do Brasil*, na forma de Declarações Sínteses, programadas para começar o dia 9 de dezembro de 1962 e que seriam publicadas todos os domingos a partir de janeiro do ano seguinte⁷. Como responsáveis por tal operação, Dênio Chagas Nogueira e Paulo de Assis Ribeiro

6 Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 8/1/63.

7 IPÊS, memorandum, 21/11/62.

revisavam os *position papers* e os colocavam em dia⁸, enquanto o senador Mem de Sá, da União Democrática Nacional (UDN), dava orientação à forma da referida publicação dos vinte e três Documentos Síntese que serviam como conclusões⁹.

Como se depreende de este intenso e condensado relato, o Congresso, talvez, tinha sido um dos corolários mais elaborados na tentativa de mobilizar o amplo arco opositor, que incluía representantes do empresariado, do universo político, militares de prestígio e personalidades do mundo católico, profundamente imbricados e com um alto grau de organização, que saía de uma posição defensiva para atuar de modo mais decidido. As numerosas marchas foram mais barulhentas, mas tinham mais um papel simbólico e de demonstração de poder do que articulação, que no dia do golpe se demonstrou com todo seu poder.

Confirmando mais uma vez que o acaso também desempenha rol importante em conjunturas específicas e como reafirmação de todo o que vínhamos analisando anteriormente, o *putsch* golpista foi deflagrado de maneira antecipada pelo general Olympio Mourão Filho, quem, apesar de se adiantar aos outros grupos que o tramavam, deveu ceder e pronto perderia espaço para aqueles que, embora não o tenham deflagrado diretamente, vinham trabalhando nesse sentido e representavam interesses mais poderosos e/u melhor articulados.

No dia 2 de abril de 1964, enquanto a multidão desfilava pela avenida Rio Branco, a sucessão presidencial e o formato do governo eram extensamente discutidos pelos empresários, que assistiam a marcha desde o escritório do IPÊS, no Rio de Janeiro (Dulles, 1978: 131). A solução de empossar o marechal Castelo Branco postergou o impasse e unificou, momentaneamente, as forças em pugna, que prontamente se aprestaram a colonizar a maior quantidade possível de espaços de poder, correspondendo-lhe a esse grupo uma generosa fatia, à vez que lhe garantia certa proteção frente à possibilidade de que frações adversárias, como a da “linha-dura”, ocuparam posição tão relevante, desde a qual,

8 Carta de Paulo de Assis Ribeiro a José Garrido Torres, 5/2/64.

9 Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 29/11/62; Telegrama de Glycon de Paiva ao Senador Mem de Sá.

muito provavelmente, neutralizariam seus anseios.

Quando isso ocorreu inexoravelmente, pelo fato do rodízio estabelecido respeitar a ordem hierárquica, com a pretensão de impedir a ascensão de um líder personalista, como mencionado oportunamente, a facção que representavam, tinha amadurecido e conquistado espaços de poder que sempre lhe foram cativos, em particular, mas não unicamente, os da área econômica, nos que, praticamente sem oposição, exerceriam o comando de forma contínua¹⁰.

Inficionando a estrutura estatal e também atuando desde fora como grupos de pressão, trabalharam intensamente para implementar esse conjunto de medidas, que transformaria muitas das feições do país, inclusive com caracteres que ainda hoje, algo apagadas pelo tempo, se conservam. O grau de profundidade e amplitude fica evidente ao constatar que, todas as administrações autoritárias que compuseram a ditadura estabeleceram um programa minucioso de reformas, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1967, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I durante o governo do general Médici, o PND II no do general Geisel e o menos sucedido PND III, quando do general Figueiredo, já nos estertores do regime.

Além do aspecto político, grandes transformações tiveram lugar nas estruturas políticas, as que propugnaram liberar os recursos da produção para uma nova etapa de acumulação, já não mais baseada na preeminência do capital estatal associado a figuras locais, mas, do capital estrangeiro em parceria com grupos burgueses locais, antes preteridos.

Desde as primeiras menções, isso fica claro. A ideia de favorecer a livre circulação do capital, embora que com alguns resguardos, que nos faz pensar em influências ordoliberais e na necessidade do capital local de se proteger da voracidade estrangeira, inclusive aquele mais concentrado, está presente nas medidas adotadas para favorecer a remessa de lucros, por exemplo, como observado para as outras plataformas ditatoriais. Medidas

10 Em trabalhos anteriores (2005 e 2007) temos listado os numerosos cargos ocupados por esse grupo, baseado em fontes primárias e na copiosa informação da obra de Dreifuss (1981), que também realizara um trabalho empírico de nota.

que tinham a intenção de atrair o fluxo de capitais, que os governos populistas ou nacional-populares afugentavam parcialmente, para que realizaram investimentos diretos ou participaram na compra das ações de empresas estatais, processo este que ficou bastante restrito nesta etapa, fundamentalmente pelas restrições impostas por grupos militares nacionalistas, que consideravam isto como uma ameaça à soberania nacional, igualmente observado em outros países.

Outro aspecto comum às políticas das administrações autoritárias corria no sentido de atingir o mundo operário, seja como movimento, ao ilegalizar as formas de organização e de protesta daquelas vertentes mais combativas, quanto para transformar as condições da mão de obra, seja mediante a drástica redução geral de salários, quanto de direitos trabalhistas, como a estabilidade principalmente, com o qual, além de atingir seu poder de fogo, também se pretendia preparar o terreno para uma reestruturação produtiva. No mundo, o onhismo, também conhecido como toyotismo, pretendia substituir o taylorismo, ou fordismo, para o qual precisava de um campo livre com o objetivo de poder promover essa mudança com menores custos. Se esses impactos não foram maiores durante esse momento, muitas vezes se deveu menos às intencionalidades estratégicas do que às possibilidades táticas, devido que os militares temiam a reação que políticas de choques mais severas podiam levantar e deram uma dinâmica mais gradualista ao processo.

Por outro lado, esses câmbios também atacavam o poder da burguesia industrial nacional por uma via de duas frentes. Por um lado, diretamente, ao impactar no seu centro neurálgico a grande fábrica, que passou a encolher durante o período, com uma conseqüente redução do seu peso político, inclusive para poder negociar as políticas protecionistas e de incentivos que lhes eram vitais para seu sucesso empresarial, como demonstrara o fato de que ao promover a abertura externa e cortes abruptos dos recursos destinados à sua promoção, as ditaduras causaram uma mortandade de firmas só comparável à segunda etapa de implantação do neoliberalismo, o que transformou radicalmente as feições das estruturas econômicas dos países e, com elas, as

bases sociais e políticas do poder, se seguirmos um raciocínio estruturalista, em particular marxista, do modo como compreendemos suas dinâmicas.

O ataque sistemático à indústria nacional tinha dois propósitos claramente concomitantes, acabar com a possibilidade de um desenvolvimento autônomo e adequar as estruturas locais para a nova divisão internacional do trabalho, processo que assumiria o nome de globalização, na qual a livre circulação de bens e capitais passou a ser seu ponto principal.

Igualmente, essa ação permitiria dirigir recursos para as atividades econômicas primárias, que supostamente eram obrigadas a carregar com o ônus de uma indústria deficitária, em essência, através de uma elevada imposição tributária às exportações, o que desestimulava a competitividade. Igualmente, ao incentivar o processo de financierização, as ditaduras favoreceram a concentração, em múltiplos planos, para assim poder ganhar em escala os atores econômicos que ultrapassavam a fase crítica dos ajustes.

Sem exceção, todos os países sancionaram modificações no seu sistema financeiro, algumas almejadas há décadas, procurando corrigir as suas deficiências e relativas a certas peculiaridades locais. No caso brasileiro, foi criado um banco central, para concentrar as funções referentes à moeda e à regulação do sistema bancário, que eram exercidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e pelo Banco do Brasil.

Tais medidas não surgiram do ventre da ditadura. Como salientáramos, as propostas já vinham sendo estudadas pelos banqueiros e veementemente discutidas dentro do IPÊS, desde inícios de 1962, a tal ponto que Dênio Chagas Nogueira, quem tinha levado adiante o estudo, a levaria à prática como funcionário do regime autoritário e seria ungido seu primeiro presidente. De todo modo, essas discussões também nos rebelam disputas entre frações da burguesia que ainda não conhecemos adequadamente¹¹.

11 Em relação a este ponto, Gilbert Huber Jr. relatou ao Comitê Executivo do Rio de Janeiro que o estudo estava em andamento, não pelo IPÊS de São Paulo, mas pelos próprios banqueiros. Cândido Guinle de Paula Machado, declarava que o projeto tinha que ser levado adiante “independentemente de interesses pessoais ou de grupos”, conforme

Essas disputas também se deram na frente agrária, inclusive dentro do próprio IPÊS¹², já que um desses grupos pretendiam dinamizar a propriedade fundiária, partindo do diagnóstico de atraso, fruto da intervenção de oligarquias não muito preocupadas com a competitividade das suas propriedades, pelo que alentaram a reforma agrária, não nos moldes impressos pelas forças janguistas e de esquerda, mas noutra funcional ao desenvolvimento capitalista, como também ocorreu no país trasandino. Prisma pelo qual podemos compreender melhor o fato de ser a ditadura a que sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, à qual muitas vezes vemos na sua face tolhedora de direitos.

Como temos repetido, as ditaduras não apenas se remeteram a ações repressivas, outras de legitimação foram planejadas e postas em prática. Embora não seja do nosso agrado, as ditaduras conseguiram ser muito populares, especialmente nos momentos iniciais, em outros de euforia passageira e, em muitos indivíduos, ainda são objeto de lembranças de bons tempos.

Nesse sentido, no Brasil, podemos ver um exemplo concreto, que mexe com o cotidiano de todo empregado privado. Para fazer palatáveis as duras medidas que se lhe impuseram à classe trabalhadora, como a perda da estabilidade laboral, por exemplo, elas foram acompanhadas de outras mais atrativas, como a implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que cumpria múltiplas funções, entre elas, dar amparo nos momentos em que faltava trabalho, auxiliar na aposentadoria com uma prima ou adquirir a moradia própria, item almejado por grande parte da população e um enorme indutor de crescimento, que também gera lealdades, algumas que podem perdurar toda uma vida, como no caso chileno, com o qual a ditadura quebrou

Glycon de Paiva Teixeira, os banqueiros consideravam a questão de vital importância e “que eles queriam estar presentes e defender seus interesses”, sendo da ideia de não interromper os trabalhos e Gilbert Huber Jr. opinava que existia uma divergência de opiniões e “não temer os banqueiros”. Atas do Comitê Diretor do IPÊS do Rio de Janeiro, 3/4/62 e Relatório do Comitê Executivo do IPÊS do Rio de Janeiro, abril de 1962, Gilbert Hubert Jr., Cândido Guinle de Paula Machado e Glycon de Paiva Teixeira. Para mais detalhes sobre a reforma financeira, ver Briso (2008)

12 Garrido Torres, diretor do Grupo de Estudo e Doutrina do IPÊS do Rio de Janeiro, opinava “Se o projeto não for patrocinado diretamente pelo IPÊS, não será necessário ouvir São Paulo”. Atas do Comitê Executivo do IPÊS do Rio de Janeiro, 5/3/63.

a adesão das “poblaciones” às forças de esquerda e, assim, passou angariar simpatias de grupos que antes lhe tinham sido hostis. Não por casualidade, no Brasil, a medida veio acompanhada da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi colocado baixo a órbita de uma figura do lacerdismo, com a pretensão de que desempenhasse papel similar, mas que não correspondeu totalmente às expectativas iniciais.

Na mesma direção podemos colocar a proposta de participação dos empregados nos lucros das empresas e a venda de ações de estatais para essa categoria, com o qual se pretendia neutralizar a oposição que fariam ao ingresso de capitais estrangeiros e ao espólio de bens públicos, ideias provenientes do ordoliberalismo alemão e da doutrina social da Igreja, empregadas para minimizar a luta de classe e cooptar o movimento sindical, ferrenho opositor. Posteriormente tais ideias foram conhecidas como economia popular de mercado, mediante as quais os trabalhadores passavam a ser coparticipes, embora subordinados, do desenvolvimento capitalista, atrelando seus interesses aos do capital. Por fim, a medida pretendia aumentar o montante de capital interno, ao gerar vultosos recursos que se dirigiriam ao mercado, inclusive a um baixo custo.

De todas as formas, apesar das lealdades geradas, com simpatias abertas e difusas, as ditaduras sempre despertaram os receios da população e lhes foi difícil gerar uma força política que pudesse ganhar autonomia. Todas elas pretenderam criar grupos afins, mas, tiveram que intervir muito nas regras de jogo para isso. O diagnóstico desenvolvido por esses grupos partia de estudos acerca do sistema político e o prognóstico era desalentador, razão pela qual a intervenção foi profunda. Mantendo as mesmas regras, as forças populistas ou nacional-populares saíam novamente airoso, servindo de exemplo mais uma vez a resiliência das hostes peronistas.

Temos visto anteriormente como eram muitas as propostas para reformular o sistema político e a administração, não obstante pouco conhecemos das modificações que a ditadura implementou, reservando-se as análises aquelas normativas de maior impacto, como foram a Constituição de 1967 e os respectivos Atos

Institucionais, assim como também a outra série de medidas que afetaram a administração através do PAEG.

Dentro de estas, a instituição de um sistema bipartidário foi, talvez, a que intenções mais profundas revelara. Mediante tal normativa, se pretendia acabar com a pulverização de forças políticas e, embora que tutelada, fortalecer as posições de direita, que pleiteavam o poder em circunstâncias mais favoráveis, o que, como explicáramos, tinha como propósito nivelar suas chances frente a grupos populistas ou nacional populares, mais competitivos na hora de angariar votos.

Vários intelectuais se posicionaram respeito do fracasso desse novo modelo, mas, devemos salientar que, embora não totalmente, de fato instituiu um novo tempo no quadro partidário. A maior força política do país nasceu do seu ventre, assim como a agrupação de direita daria origem a várias siglas partidárias que tiveram bastante protagonismo durante a transição. Por fim, todas as forças que ocuparam a primeira magistratura são de linhagem posterior a tal ato. Assim como as forças associadas com o varguismo e o janguismo, em parte seu herdeiro, viram minguar sua relevância, ao passo que a ascensão de uma liderança operária à presidência não causou um trauma, embora nos momentos iniciais se temesse uma ruptura mais abrupta.

De todo modo, a iniciativa não conseguiu acabar com a pulverização partidária, cujo reflexo de maior impacto é a dificuldade para conformar alianças suficientes e estáveis para poder governar, submetendo ao poder executivo a um intrincado mecanismo de barganhas que o debilitam e emperram sua ação, que se pretendia eliminar como outro dos objetivos das reformas introduzidas pela ditadura.

Todas essas políticas foram sem dúvidas importantes, mas, uma foi vital para garantir a sobrevivência das diretrizes marcadas durante as eras ditatoriais. Muito mais do que incutir o medo, que para a etapa final já surtia efeito limitado, o fator decisivo foi o ataque à capacidade de pensar projetos alternativos com o grau de sofisticação que as novas circunstâncias requerem.

Durante a primeira etapa da redemocratização, os governos tentaram impulsionar medidas heterodoxas na seara econômica,

mas fracassaram estrepitosamente, em particular porque as equipes que as conduziam vinham com uma bagagem obsoleta e com severos erros de diagnóstico.

Essa não era apenas uma consequência do passo das ditaduras, já que a crise dos partidos políticos e da formulação de políticas públicas é muito mais ampla, perpassando inclusive a democracias consolidadas, mas, sem dúvidas, elas a aprofundaram. O desmonte estatal também atingiu às instituições que anteriormente eram as encarregadas da elaboração de propostas, que passaram para outras instituições de caráter privado, com destaque para os institutos de estudos, também chamados de *think tanks*, que se entronizaram em lugar central, reservando-se, em grande medida, os partidos para disputar os pleitos eleitorais e formar as coalizões governamentais, convocando a figuras desse mundo, com trânsito no período ditatorial em muitos casos, para os postos de comando quando por ventura venciam as eleições, que assim obviavam a mediação das urnas bem como deixavam o sistema ficava a resguardo, já que, por mais que forças de oposição venceram, sua margem de ação era por demais limitado, como bem ilustra Garretón (2012), ao conferir que as linhas gerais das ditadura chilena foram mantidas pela Concertación, uma ampla aliança na que a Democracia Cristão e o Partido Socialista se revezam na liderança; o que se aplica para o Uruguai, durante os mandatos da Frente Ampla e, no Brasil, que deixou quase incólume a herança ditatorial, mais corroída pelo avanço do tempo do que pela ação sistemática para sua demolição.

As ditaduras, sem dúvida, deixaram marcas, talvez as mais dolorosas sejam as mais visíveis, mas outras provocaram efeitos que nos transformaram profundamente, apesar de não ser tão visíveis. Cabe aos cientistas fazer essa análise, trazer à luz aquilo que não é evidente.

Hoje, Brasil é governado por uma presidenta que no passado tinha pertencido a grupos que se levantaram em armas, situação similar à uruguiaia, a que, inclusive, é mais emblemática, devido ao fato de seu presidente ter ocupado posições de comando. Após a passagem ditatorial, o Partido Socialista chileno exerceu o poder máximo em três oportunidades, sendo representado

em duas delas por uma mulher que também tinha sofrido as agruras da repressão, embora que as mais fortes tenham sido de modo mais indireto. Não obstante, essas figuras e as forças que representam são muito diferentes, as ditaduras as transfiguraram. Nenhuma delas anseia modificar radicalmente as sociedades que comandam, embora continuem associadas ao câmbio, mas, agora, de modo gradual.

A exceção dos empresários, poucas são as forças que têm o poder para desestabilizar seriamente os governos constituídos, sendo que a influência destes se dá mais pela possibilidade de usar sua capacidade de investimento do que ações diretas no velho estilo. O empate hegemônico que antes existia foi suplantado de vez pelo primado dos desígnios do capital e, assim, em aparente paradoxo, a democracia ganhou estabilidade. Não tanto pela sua força intrínseca, mas pela perda de poder dos atores que antes a podiam desestabilizar.

Por isso, somos refratários a concordar totalmente com as teses de Garretón e Sidicaro, que se posicionam em marcar o sucesso das ditaduras como revoluções preventivas, mas seu fracasso como projetos refundacionais, conclusão que talvez seja uma contaminação subjetiva advinda do fato de terem sido parte desse processo, inclusive estando na contramão de outras afirmações posteriores, como a do próprio Garretón que, como comentado anteriormente, percebera a manutenção das políticas de corte neoliberal por parte dos governos pós-ditadura, que não apenas ficaram quase incólumes, mas continuaram a nortear as políticas econômicas durante muito tempo, embora tenha sido notada uma virada inicial para retornar a elas com maior força depois do fracasso de políticas heterodoxas, consequência tanto das duras condições herdadas como da imperícia dos seus executores.

A ruptura se daria muito posteriormente, com a chamada maré cor-de-rosa. Momento que marcou o início de uma etapa na qual as forças de esquerda se firmaram como opção e se deu uma reversão de alguns legados ditatoriais, processo no qual ainda estamos imersos. Regimes que duraram décadas deixaram raízes que não se levantariam num período curto, inclusive porque

grande parte das forças que o sustentaram ainda operam sob a superfície.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

BRISO, Joaquim Luiz Pereira Neto. *O Conservadorismo em Construção: O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as Reformas Financeiras da Ditadura Militar (1961-1966)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CAVARROZZI, Marcelo. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. e WHITEHEAD, Laurence (comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. Buenos Aires: Paidós, 1997, Vol. 2, pp. 37-78.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: the making of a Brazilian president*. Austin: University of Texas Press, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance. In: CHRENSKY, Isidoro e CHONCHOL, Jacques, (comps.). *Crisis y transformación de os regímenes autoritarios*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

_____. *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago de Chile: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. *El orden político en las sociedades en Cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios, *Papers*, (Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, nº 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978.

O'DONNELL, Guillermo. *El Estado burocrático autoritario, 1966-1973: Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editora de Belgrano, 1982.

PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Petrópolis: Vozes: 2009.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder*. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje claro Editora, 2007.

_____. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “Proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.), *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 53-96.

_____. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César e QUIROGA, Hugo. *A Veinte Años del Golpe*. Con Memoria Democrática. Homo Sapiens: Rosario, 1996.

TOURAINÉ, Alain. *América Latina. Política y sociedad*. Madri: Espasa-Calpe, 1989.

WITTGENSTEIN Ludwig. *Investigaciones filosóficas*. Barcelona: Crítica, 1988.